

- REQUERIMENTO      Número      /XIV (1.ª)
- PERGUNTA      Número      /XIV (1.ª)

Expeça-se

Publique-se

/ /

O Secretário da Mesa

**Assunto:** Distúrbios no Centro Histórico da cidade de Guimarães

**Destinatário:** Ministro da Administração Interna

*Ex.<sup>mo</sup> Senhor Presidente da Assembleia da República*

Na noite de ontem, 09.08.2022, pelas 22h30, tiveram lugar “distúrbios” no Centro Histórico da cidade de Guimarães, causados por quase duas centenas de indivíduos com elementos identificados associados ao clube croata Hajduk Split que hoje mesmo defrontará, em Guimarães, a equipa portuguesa Vitória Sport Clube para as competições europeias de futebol.

Não é a primeira vez que clubes que são habitualmente acompanhados por um elevado número de adeptos se deslocam ao nosso país. São habituais os encontros de futebol com largas centenas e mesmo milhares de adeptos a deslocarem-se ao nosso país acompanhando o seu clube. Pelo menos quando esses eventos ocorrem em Lisboa ou no Porto, a Polícia de Segurança Pública (PSP) tem sabido antecipar estas situações de potencial distúrbio da ordem pública e tem sabido atuar por forma a que a vinda de tais grupos organizados de adeptos não seja feita com prejuízo da tranquilidade e ordem pública.

Na noite de ontem, em Guimarães, tiveram lugar atos de enorme violência, causados pela deslocação em massa de adeptos pelas ruas do centro da cidade. Pode ler-se na imprensa de hoje que “vídeos publicados nas redes sociais dão conta de tochas e petardos arremessados para o espaço público e contra edifícios na Rua Alfredo Guimarães, entre a Praça da Oliveira e o Museu

*de Alberto Sampaio, ouvindo-se sons de vidros a partir. Em fotografias também publicadas é possível ver esplanadas danificadas, com dezenas de pessoas a fugirem destes locais públicos para escaparem aos adeptos croatas”. O que pode ler-se e pôde ser visto nas reportagens televisivas da noite de ontem. Basta aliás recorrer às palavras do Presidente da Câmara de Guimarães como suficientemente ilustrativas do ocorrido: “vivemos momentos delicados, de violência, de autêntico pânico. Os cidadãos estavam aqui a jantar e a conviver no Centro Histórico e de repente uma horda de criminosos que entra pela cidade dentro, pelo Centro Histórico dentro e provoca exatamente este alarme e este pavor, este medo...”*

A verdade é que o país pôde ver cidadãos, acompanhadas por bebés e crianças, a abandonarem esplanadas. A verdade é que se pôde ver pessoas a refugiarem-se no interior dos estabelecimentos comerciais como forma de proteção. O país pôde ver tudo isto. O que o país não conseguiu ver foi um único agente policial durante todo este período.

No dia de hoje, são conhecidas declarações do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães pedindo ao Senhor Ministro da Administração Interna “*que haja um reforço policial das forças distritais e até da zona norte e também das forças especiais de polícia*”. Disse ainda o autarca de Guimarães, referindo-se à atuação das polícias que “*falhou, há uma falta de previsão e de planeamento daquilo que podia acontecer, uma falta de articulação das polícias*”. É igualmente sabido, o que foi tornado publico em comunicado da Associação Vimaranesense de Hotelaria, que grande parte dos comerciantes decidiu encerrar os seus estabelecimentos nesta quarta-feira.

As declarações do Senhor Presidente da Câmara Municipal têm que ser consideradas vexatórias do Senhor Ministro da Administração Interna, na medida em que se vê ser necessário que seja um autarca, em declarações públicas, vir publicamente “pedir” ao titular da pasta que exerça a sua função. Mais sintomático ainda é que, em declarações de hoje mesmo, o autarca diga “*eu digo mesmo, eu exijo esse reforço policial. A PSP distrital não tem mostrado competência para estes casos*”.

Por outro lado, a decisão dos comerciantes de encerramentos dos seus espaços comerciais (anunciada pela sua associação representativa), não estando o país em situação de guerra civil, é a demonstração acabada não apenas da incapacidade como – pior – da falta de confiança dos

cidadãos nas suas forças de segurança para garantirem a ordem pública. O que é de uma gravidade inaudita.

Perante tudo isto, o Comando Distrital de Braga da PSP emitiu um comunicado, citado pela agência Lusa e reproduzido pela comunicação social, no qual considerou que se tratou de *“um pequeno incidente sem quaisquer consequências ou danos físicos ou patrimoniais, até ao momento”*, ainda que foi *“uma alteração (sic) momentânea de um grupo de adeptos”* e ainda que *“o que a PSP está a fazer é, após esse tipo de situação, tentar monitorizar os comportamentos deles de forma a prevenir eventuais situações como esta”*.

Em face do exposto, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do PSD abaixo-assinados requerem ao **Senhor Ministro da Administração Interna** o(s) seguinte(s) esclarecimento(s):

- 1- Como explica o Senhor Ministro que não tenha sido possível antecipar estes eventos, talqualmente ao que tem sucedido em tantas outras situações análogas que têm lugar no nosso país?**
- 2- O que justifica o cenário quase de batalha civil a que todo o país pôde assistir tenha tido lugar sem que se tivesse sido notado a presença de uma única patrulha na cidade de Guimarães na noite anterior a um encontro de futebol com fatores evidentes de perigosidade, mesmo que para um observador pouco experimentado?**
- 3- Não considera o Senhor Ministro que os eventos de ontem, na cidade de Guimarães, exibem de Portugal uma imagem de incapacidade para lidar com fenómenos de massas associados ao futebol, deitando por terra a imagem de segurança e preparação para albergar grandes eventos, imagem que ao longo de anos fomos construindo?**
- 4- Atenta a tutela que exerce sobre as forças e serviços de segurança, como explica o Senhor Ministro o eufemístico comunicado do Comando Distrital da PSP de Braga? Procurando reduzir os eventos e as suas diferentes dimensões, optando por desvalorizar o sentimento de insegurança inequivocamente causado na população, nos**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

---

*comerciantes e até no autarca do concelho, reduzindo os eventos a “um pequeno incidente sem quaisquer consequências ou danos físicos ou patrimoniais”?*

Palácio de São Bento, 10 de agosto de 2022.

O(s) Deputado(s):

**André Coelho Lima**